



## Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Profissional nº BRA 10-34736 / 2016

Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, compreendendo a modalidade de cursos presenciais de capacitação para gestores públicos.

## PRODUTO 16 / 16

Relatório Final

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A<sub>3</sub>P)

Projeto PNUMA – "Produção e Consumo Sustentáveis"

CÂNDIDO MOTA (SP)

09 Nov 2017





## **APRESENTAÇÃO**

Esta consultoria visa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, compreendendo a modalidade de cursos presenciais de capacitação para gestores públicos, tendo como objetivo ampliar as ações do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A<sub>3</sub>P) e difundir, entre servidores públicos de todo o Brasil, conhecimentos sobre processos de gestão administrativa que incorporam critérios de responsabilidade socioambiental.

Após a homologação do Edital de Concorrência Pública Internacional (RFP) nº JOF-0083 / 2016, e sua formalização por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Profissional nº BRA 10-34736 / 2016, assinado em 01 Dez 2016, o PRODUTO 16 / 16, de 09 Nov 2017, finaliza os CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Os eventos ocorridos em 14 capitais de todo país foram coordenados pelo Adm. ALLAN OLIVEIRA TÁCITO e ministrados pela Especialista 1 Adv. PATRÍCIA BARBOSA FAZANO DUARTE, que contou com a participação total de **618 servidores públicos** municipais, estaduais e federais.

Foram levantadas, de forma resumida, as situações ocorridas em cada uma das capacitações e elencadas as melhorias que podem ser tomadas para as futuras turmas do Curso de Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública, a fim de dar cumprimento ao **item 9.5** do **Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 1.056/2017**, que determina ao Ministério do Meio Ambiente promover a necessária aplicação do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, com o intuito de, no prazo de 18º dias contados da notificação deste Acórdão, apresentar o devido plano de ação para a avaliação dos recursos financeiros e humanos necessários ao alcance das metas de expansão e de capacitação do Programa A3P.





O 1º Curso de Capacitação A<sub>3</sub>P, ocorrido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS) de Campo Grande (MS), foi destaque na recepção dada pela equipe do tribunal, sendo de extrema importância para o sucesso do evento.

O 2º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) de Cuiabá (MT), houve boa recepção com a participação do desembargador local, possibilitando a implantação do programa no tribunal.

O 3º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-GO) de Goiânia (GO), houve boa recepção e contou com uma turma muito participativa, porém a estrutura de áudio e a climatização do local dificultou a execução do evento, devido aos ruídos dos condicionadores de ar e falta de potência das caixas de som utilizadas.

O 4º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) de Florianópolis (SC), houve boa recepção, porém houve baixa participação dos servidores daquela Unidade Federativa e a estrutura não contou com cadeiras soltas, dificultando as atividades em grupo.

O 5º Curso de Capacitação A<sub>3</sub>P, ocorrido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PI) de Teresina (PI), houve boa recepção e participação dos envolvidos, e muita troca de experiência entre os alunos.

O 6º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB) de João Pessoa (PB), houve boa recepção e participação dos envolvidos, entretanto, a turma formada, em sua maioria, não participava e ficava com conversas paralelas durante o evento, embora a facilitadora Patrícia e o servidor Elias do Ministério do Meio Ambiente que acompanhou o evento tentassem por diversas vezes agregar a turma, isso acarretando uma baixa motivação nas demais pessoas e contribuindo para a pior análise de todos os eventos realizados neste ano.

O 7º Curso de Capacitação A3P, ocorrido na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) de Salvador (BA), houve boa recepção do diretor da unidade e dos alunos, porém não houve participação e disposição dos servidores que estavam preparando o evento, que sequer participaram do evento. Houve, ainda, a disponibilização do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) para a realização de futuros eventos.





O 8º Curso de Capacitação A<sub>3</sub>P, ocorrido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) de São Luís (MA), houve ótima recepção do tribunal e alunos, e contou com a maior turma de todos os eventos realizados, chegando a, aproximadamente, 150 alunos.

O 9º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) de Belo Horizonte (MG), houve boa recepção do tribunal e alunos, e contou com a segunda maior turma de todos eventos realizados, chegando a, aproximadamente, 120 alunos.

O 10º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal de Justiça (TJ-RJ) do Rio de Janeiro (RJ), houve boa recepção por parte do tribunal e contou com participação maciça dos alunos participantes.

O 11º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-ES) de Vitória (ES), houve média recepção da turma do conselho regional, e contou com uma turma bem reduzida, por falta de divulgação eficiente.

O 12º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RO) de Porto Velho (RO), houve ótima recepção da turma do tribunal, que mesmo diante da divulgação ineficiente, conseguiu mobilizar grande número de servidores da instituição e promoveu uma boa divulgação na mídia local e regional num curto espaço de tempo.

O 13º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC) de Rio Branco (AC), houve boa recepção da turma do tribunal, que mesmo diante da divulgação ineficiente, conseguiu mobilizar grande número de servidores da instituição e de outros órgãos, promovendo uma boa divulgação num curto espaço de tempo.

O 14º Curso de Capacitação A3P, ocorrido no Tribunal de Justiça do Amapá (TJ-AP) de Macapá (AP), houve média recepção da turma do tribunal, não conseguindo mobilizar número de servidores suficientes da instituição e de outros órgãos, promovendo baixa divulgação, além da não participação e disposição dos servidores que estavam preparando o evento. Porém, os alunos participantes garantiram a troca de experiência de forma exemplar.





Em resumo, podemos ressaltar as **seguintes intervenções** visando facilitar os **futuros cursos de capacitação de sustentabilidade** na administração pública a serem promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente:

- Ampliar a participação para todos os Conselhos Regionais (CREA / CAU) onde detém de profissionais técnicos de diversas áreas para auxiliar na divulgação e normatização junto aos estados membros;
- Ampliar os cursos para todas as capitais do país, principalmente para onde ainda não ocorreram, a saber: Boa Vista/RR e São Paulo/SP;
- Ampliar, consideravelmente, a comunicação junto aos órgãos públicos dos três poderes
  e esferas de governo da localidade a sediar o evento, solicitando inclusive a Assessoria
  de Impressa do Ministério do Meio Ambiente a intervir na ampla divulgação junto aos
  estados participantes;
- Caso o MMA n\u00e3o assuma esta responsabilidade de forma efetiva, transferir a atribui\u00e7\u00e3o
   de divulga\u00e7\u00e3o \u00e0 empresa vencedora e constar no edital para levantamento dos custos;
- Cursos específicos para Prefeituras e Câmaras Municipais para implantação do Programa A<sub>3</sub>P, tendo em vista que a realidade do Poder Judiciário é muito diferente das municipalidades;
- Diminuir a carga horária para dois dias de curso;
- Disponibilizar locais que possuam, impreterivelmente, sistema de informática, projetor
  e som de boa qualidade, Wi-Fi aos palestrantes e alunos, cadeiras móveis e
  condicionador de ar baixo ruído, com vistas a facilitar as atividades em grupo;
- Divulgação do evento junto às emissoras de rádio e TV local, em parceria com a instituição que irá receber o evento;
- Divulgação dos cursos junto às emissoras de rádio e TV do local a receber os eventos;
- Divulgação simultânea de vários cursos a serem realizados no mesmo mês, com antecedência mínima de um mês;
- Eliminação da entrega de apostilas em formato impresso, possibilitando a entrega de mídias digitais com vários materiais didáticos em formato pdf e o com maior volume de informações disponíveis;
- Eliminação do uso de material de expediente nos eventos, devendo os alunos trazer seus próprios blocos de anotação, caneta, canecas e crachás institucionais, a serem exigidos no ato da divulgação e inscrição;
- Implantação do formulário online Google Form visando a eliminação da entrega dos
   Questionários de Diagnósticos e Fichas de Avaliação em formato impresso, além da





- agilidade na compilação dos dados levantados, devendo a instituição que sedia o evento disponibilizar o acesso Wi-Fi para os membros;
- Realização de convites junto ao Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Assembleias Legislativas, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e do Governo Estadual, Câmaras Municipais, Associação de Municípios, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e do Governo Municipal, Institutos e Universidades Federais e Estaduais de Ensino, IBAMA, INFRAERO, Polícias Civil, Militar e Bombeiros, Bancos Públicos, Exército, Aeronáutica, Força Aérea Brasileira, entre outros órgãos públicos;
- Utilização da mesma apostila A<sub>3</sub>P confeccionada em 2017, a fim de diminuição de custos e agilidade no processo de início das capacitações;





Para melhoria do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A<sub>3</sub>P) as recomendações ouvidas ao longo de todos os cursos realizados foram:

- Ampliar a discussão da acessibilidade dentro dos órgãos públicos, devido a demanda surgida nos cursos;
- Formalizar a criação da figura do interlocutor institucional do Programa A<sub>3</sub>P, sendo o elo entre o Ministério do Meio Ambiente e a instituição parceira. Com isso, haveria capacitações específicas e ranqueamento ambiental entre os participantes do Sistema ResSoA, nos moldes do Programa Município VerdeAzul da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
- Integrar os sistemas de monitoramento ResSoA e PLS visando economizar tempo e recursos humanos para o preenchimentos dos relatórios, isso seria um incentivo a mais para adesão maciça à A<sub>3</sub>P;
- Manutenção dos Selos A<sub>3</sub>P Prata e Laranja, eliminando o Selo A<sub>3</sub>P Verde, concedendoos apenas para quem alimenta o Sistema ResSoA (Selo Prata) e é certificado no Prêmios
  de Boas Práticas (Selo Laranja), ou ainda, instituir novos Selos A<sub>3</sub>P Ouro e Prata para
  essas duas categorias citadas, com o objetivo de estimular a alimentação do Sistema
  ResSoa e as inscrições nos Prêmios de Sustentabilidade A<sub>3</sub>P, além de priorizar a
  liberação de recursos financeiros do Ministério do Meio Ambiente e do Governo Federal
  para quem possuir algum dos selos indicados;
- Parceria junto aos Conselhos Federais e Regionais de diversas áreas para ampliar as normatizações junto aos profissionais técnicos de todas as Unidades da Federação;
- Providenciar a elaboração de um Guia de Compras Públicas Sustentáveis pelo Ministério do Meio Ambiente, visando a compilação de todos os guias já elaborados pelos diversos órgãos da Administração Pública, a fim de dar maior segurança jurídica a todos os entes;





Com relação às **Fichas de Avaliação do Curso de Capacitação A3P** distribuídas ao longo dos 14 de capacitação, de um modo geral, obteve o seguinte retorno dos alunos participantes:

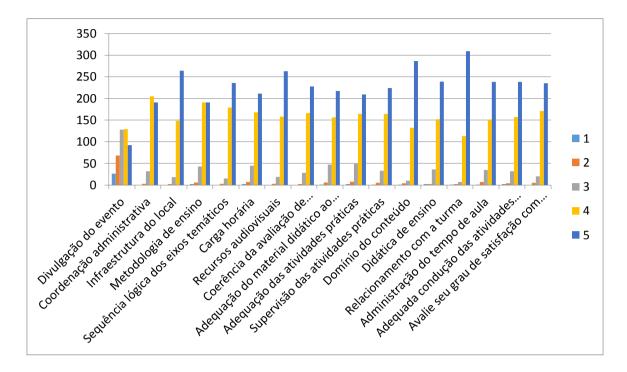
Organização	1	2	3	4	5	=
Divulgação do evento	26	68	128	129	92	443
Coordenação administrativa	00	03	32	205	191	431
Infraestrutura do local	00	02	18	148	264	432
Conteúdo do curso	1	2	3	4	5	=
Metodologia de ensino	02	о6	43	191	191	433
Sequência lógica dos eixos temáticos	00	03	15	179	236	433
Carga horária	02	07	45	168	211	433
Atividades de ensino e material didático	1	2	3	4	5	=
Recursos audiovisuais	00	03	19	158	263	443
Coerência da avaliação de aprendizagem	00	02	28	166	228	424
Adequação do material didático ao conteúdo	01	о6	47	156	217	427
Adequação das atividades práticas	02	08	49	164	209	432
Supervisão das atividades práticas	01	05	33	164	224	427
Instrutor	1	2	3	4	5	=
Domínio do conteúdo	01	04	10	132	286	433
Didática de ensino	02	02	36	152	239	431
Relacionamento com a turma	01	02	07	113	309	432
Administração do tempo de aula	01	07	35	151	238	432
Adequada condução das atividades práticas	02	04	32	157	238	433
Avaliação geral	1	2	3	4	5	=
Avalie seu grau de satisfação com esse curso	00	05	20	171	235	431

(1) Péssimo | (2) Ruim | (3) Regular | (4) Bom | (5) Excelente









Cândido Mota (SP), 09 de novembro de 2017.

Adm. ALLAN ØLIVEIRA TÁCITO

Representante Legal